

RAFAEL BERNARDES LUCCA

REVOLUÇÃO À BRASILEIRA

Como os juristas da ditadura e a teoria do
poder constituinte ajudaram a transformar
um golpe de Estado numa revolução

Londrina/PR
2025


THOTH
E D I T O R A



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Thaís Lobosque Aquino

Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2025)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Ricardo Genelhú • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Lucca, Rafael Bernardes

Revolução à brasileira: como os juristas da ditadura e a teoria do poder constituinte ajudaram a transformar um golpe de Estado numa revolução. / Rafael Bernardes Lucca. – Londrina, PR: Thoth, 2025.

238 p.

Bibliografias: 207-238

ISBN: 978-65-5959-962-2

1. Revolução. 2. Ditadura militar. 3. Juristas.
I. Título.

CDD 341.2

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Constitucional : 341.2

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
APRESENTAÇÃO.....	13
PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	19

CAPÍTULO 1

PODER CONSTITUINTE, REVOLUÇÃO, JURISTAS E AUTORITARISMO: A INSERÇÃO DO TRABALHO EM DISCUSSÕES ATUAIS.....	31
1.1 Revolução e poder constituinte: trazendo de fora uma noção requeitada e perigosa	34
1.2 O oxímoro do constitucionalismo autoritário e o acerto de Schmitt.....	41
1.3 A participação dos civis em 1964: o papel dos juristas.....	50
1.4 Uma revolução? A natureza da ruptura com a democracia em 1964.....	62

CAPÍTULO 2

A REVOLUÇÃO QUE NÃO DEVERIA TER SIDO: PROBLEMAS SOBRE UMA REVOLUÇÃO MILITAR CONSERVADORA EM 1964	69
2.1 A revolução não deveria vir da esquerda?	70
2.2 Uma revolução em abril de 1964: um conceito fora do lugar? Uma fórmula vazia?	83

CAPÍTULO 3

CRIANDO A REVOLUÇÃO DE 1964: UMA CONSTRUÇÃO A PARTIR DA TEORIA DO PODER CONSTITUINTE	93
3.1 Revolucionários perplexos diante do nada	95
3.2 Os <i>ghostwriters</i> do Ato Institucional: Francisco Campos e Carlos Medeiros Silva	102
3.3 Depurando os preâmbulos dos Atos Institucionais: os sentidos jurídicos do conceito de revolução e o repertório conceitual de Francisco Campos.....	108
3.3.1 Desfaçatez e elitismo: o mito da revolução incruenta e a Nação contra o povo.....	108
3.3.2 Uma revolução autêntica: o controle da narrativa e os poderes jurídicos ilimitados	114
3.3.3 Uma revolução vitoriosa: Francisco Campos recorre ao princípio da efetividade de Kelsen.....	116

3.3.4 Mixagens teóricas: Sieyès e Kelsen encontram Schmitt	131
3.3.5 Uma revolução permanente: a condição de possibilidade para os Atos Institucionais subsequentes	144

CAPÍTULO 4

DOCTRINA E PRÁTICA DA REVOLUÇÃO À BRASILEIRA: A SEMÂNTICA JURÍDICA DA REVOLUÇÃO ALÉM DE CAMPOS.....	159
4.1 A doutrina brasileira do poder constituinte revolucionário	160
4.2 A jurisprudência do STF pré-64 e a Comissão Geral de Investigações: o conceito de revolução aplicado na prática.....	170
4.2.1 Uma jurisprudência das revoluções no STF pré-64: antecedentes e sentidos próximos aos presentes nos Atos Institucionais	171
4.2.2 Um curioso caso na Comissão Geral de Investigações: apontamentos sobre os pareceres do caso Slaviero	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE UM CONCEITO PERIGOSO	201
REFERÊNCIAS	207